

O BIOGÁS DO AGRONEGÓCIO: TRANSFORMANDO O PASSIVO AMBIENTAL EM ATIVO ENERGÉTICO E AUMENTANDO A COMPETITIVIDADE DO SETOR

Rodrigo Regis de Almeida Galvão **

No ano de 2016 a balança comercial do Brasil foi positiva graças ao agronegócio, que representou algo em torno de 25% do PIB e 50% das exportações. Apesar da economia brasileira ter estagnado, esse setor continuou crescendo. Entretanto, para que o agronegócio brasileiro mantenha os resultados positivos e se torne o maior exportador de proteína animal do mundo, dois fatores são fundamentais: a segurança energética e a segurança ambiental. Para que esse setor mantenha tal ritmo de desenvolvimento, faz-se necessário investir em novas alternativas que garantam qualidade e disponibilidade firme de energia.

A destinação correta dos dejetos e resíduos agroindustriais também precisam estar contemplados na agenda do desenvolvimento sustentável do agronegócio. É preciso inovar e pensar em soluções sistêmicas que contemplem energia, alimento e meio ambiente.

A busca por inovação não é novidade. Desde a primeira revolução industrial a procura pelo aumento da produtividade é contínua e essa busca crescente demanda cada vez mais a geração de energia, já que é o principal vetor que impulsiona o desenvolvimento. Nos dias atuais, além de ter que aumentar a oferta de energia em 50% a cada 20 anos, a conscientização coletiva com foco no respeito às pessoas e ao meio ambiente vem impondo a busca por soluções energéticas sustentáveis direcionadas ao bem-estar comum.

Com o acordo celebrado na COP 21 em Paris, os países se comprometeram a reduzir os gases de efeito estufa (GEE). Nesse acordo, o Brasil se comprometeu a reduzir, até 2025, as emissões de GEE em 37% em relação aos níveis de 2005. Como contribuição indicativa subsequente, comprometeu-se a em reduzir, até 2030, as emissões em 43% na mesma base comparativa.

O impasse se manifesta no seguinte ponto: segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), dois setores respondem pelas maiores parcelas das emissões de Gases de Efeito Estufa: o energético e o agropecuário (37% cada um).

Portanto, estamos diante de um desafio: como garantir que o Brasil atinja seus compromissos ambientais, provendo energia de qualidade e firme sem impactar a competitividade do agronegócio?

Temos certeza de que se o século XX foi dos combustíveis fósseis, o XXI se anuncia como o das Energias Renováveis. Estima-se um crescimento anual em torno de 20% até alcançar uma participação de 19% na matriz mundial em 2030. O Brasil já possui uma matriz renovável, no entanto nota-se uma crescente preocupação devida à redução da capacidade da oferta hídrica ao longo do ano. Portanto, é preciso mais do que diversificar o parque gerador nacional, é preciso inovar o setor elétrico. Em nosso país, as forças externas do mercado conduzem a uma transição também nos modelos de negócio, que vão gerar inovações tecnológicas.

Pode-se dizer que as grandes ondas de transformação do setor elétrico brasileiro ocorreram em três etapas. A primeira onda foi composta pelos "sistemas isolados", com a geração sendo realizada por pequenas usinas. A segunda é identificada como a dos "sistemas interligados", a geração passou a ser feita por grandes usinas centralizadas, suportada por redes de transmissão nacionais. A expansão da rede de distribuição e o maior número de interligações possibilitaram o processo de universalização da energia. A terceira e mais recente é a onda dos "sistemas distribuídos e conectados", que está definindo um novo ambiente de negócios. Essa onda é caracterizada por uma geração mais diversificada e pelo desenvolvimento de tecnologias. Do ponto de vista do consumo, o novo ambiente de negócios contará com a presença de um novo perfil de consumidor, que deixa de ser passivo e se transforma em ativo, com mais poder e participação, sendo, também, um produtor de energia.

Diante dessa realidade, uma nova alternativa energética aparece para o agronegócio: o Biogás. O Biogás é oriundo da degradação da matéria orgânica em ambientes anaeróbicos. É a única energia renovável que transforma um passivo ambiental em ativo energético com valor econômico. Figurativamente, transforma-se cocô de galinha em dinheiro. Esse gás verde, que possui em média 60% de metano, pode ser usado para geração de energia elétrica, térmica e veicular. A Associação Brasileira de Biogás e Biometano (Abiogás) considera que o potencial nacional de biogás é de 80 bilhões de metros cúbicos de biometano. Esse volume seria capaz de suprir 24% de toda a demanda de energia elétrica do Brasil: portanto, mais do que a Itaipu!

Essa nova fonte renovável vem se consolidando no Brasil principalmente pela versatilidade de aplicações. No ano de 2016 o setor cresceu 30%. A tendência é de continuar crescendo a passos largos pelos próximos anos, sobretudo após a consolidação da geração distribuída e do reconhecimento pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) através da resolução nº 08/2015. Desta feita, a regulamentação de tal energia pela ANP fez do Biometano um produto comercializável. Outro importante passo foi a resolução normativa 687 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que aprimorou as possibilidades de uso do Sistema de Compensação de Energia Elétrica.

Mais uma notícia animadora. O Biogás, esse imenso potencial energético, acaba de ganhar um novo aliado em 2017: o programa RenovaBio, lançado pelo Governo Federal. O objetivo é dar competitividade aos processos de produção, comercialização e uso de biocombustíveis, com estímulo à concorrência entre estes e os combustíveis fósseis.

Em 2016 pela primeira vez, um projeto em larga escala de biogás venceu um leilão A-5 de energia, tendo sido negociado 20,8MW. Ainda em 2016 teve início, em uma granja de aves poedeiras no município de Santa Helena no oeste do Paraná, o projeto híbrido de produção de biogás com aplicação de geração de energia em GD e produção de biometano. Pode-se dizer que tal granja se tornou primeira fazenda sustentável do Brasil, onde a eletricidade e o combustível são produzidos pelo biogás por ela mesma produzida. Além disso, o biofertilizante de sua lavoura é produzido a partir do processo de biodigestão.

A lei da conservação, enunciada por Lavoisier, não poderia ser melhor ilustrada: do dejeto, nada se perde, tudo se transforma. No caso, pelo menos os efeitos deletérios são afastados pelo incremento da renda e do impulso da economia, que nesta equação verde se manifestam como energia e biofertilizante.

Em um cenário cada vez mais favorável, a expectativa é que o Biogás conquiste mais espaço no setor energético, tanto na energia elétrica nas grandes gerações e na geração distribuída, quanto no setor de biocombustíveis com a expansão do uso do biometano. O uso do biogás é uma alternativa com capacidade de integrar a segurança energética e ambiental tão necessárias para garantir o crescimento e a competitividade do agronegócio brasileiro e viabilizar a segurança alimentar no mundo, encerrando um ciclo completo que gera mais do que energia, gera sustentabilidade e desenvolvimento.

** Rodrigo Regis de Almeida Galvão é Diretor-Presidente do Centro Internacional de Energias Renováveis-Biogás (CIBiogás). Engenheiro Eletricista, Especialista em Gestão da Inovação Empresarial e Mestre em Engenharia de Sistemas, pela Universidade Estadual do Pernambuco. Atuou na NCTI (Negócios de Tecnologia e Inovação) como Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento e na EcoEnergia Brasil. Trabalhou também na área de P&D da Fundação Parque Tecnológico Itaipu - FPTI. Cedido ao CIBiogás, pela FPTI, desde 2013.

